



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**



**PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO**  
**PROJETO DE LEI N.º 185, DE 2023**

Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Indianópolis-MG, e dá outras providências.

**Autor:** Prefeito Municipal

**Relator:** Vereador RAFAEL DE ALMEIDA JACÓ

**I RELATÓRIO**

Veio a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR), para parecer quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o Projeto de Lei n.º 185, de 2023, de autoria do Prefeito Municipal.

O projeto é dividido em cinquenta e nove artigos, agrupados em seis capítulos, a saber:

Capítulo I, formado pelos arts. 1º e 2º, trata das definições e dos objetivos;

Capítulo II, formado pelos arts. 3º a 4º, dispõe sobre os princípios e diretrizes;

Capítulo III, formado pelos arts. 5º ao 17, dispõe sobre a gestão e organização do Sistema Único de Assistência Social -SUAS no Município de Indianópolis;

Capítulo IV, formado pelos arts. 18 a 29, trata das instâncias de articulação, pactuação e deliberação do SUAS;

Capítulo V, formado pelos arts. 30 ao 49, dispõe sobre os benefícios eventuais, dos serviços, dos programas de assistência social e dos projetos de enfrentamento da pobreza;

Capítulo VI, formado pelos arts. 50 ao 59, trata do financiamento da política municipal de assistência social;

É, em síntese, o relatório.

**II FUNDAMENTAÇÃO**

A matéria do Projeto de Lei n.º 185, de 2023, é da competência do Município, conforme previsto no art. 14, *caput* e incisos II e VI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 30, *caput* e inciso I, da Constituição Federal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

A iniciativa da proposição é exclusiva do Prefeito Municipal, segundo o disposto no art. 53, *caput* e inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

Com efeito, é do Prefeito Municipal a iniciativa dos projetos que tratam da criação, extinção ou transformação dos órgãos públicos, que compõem a estrutura administrativa do Município, e de fundo especial.

Deduz-se que o projeto sob exame não incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 1º, do art. 62, da Constituição Federal.

No âmbito de sua competência, deve o Município criar e executar políticas públicas de assistência social.

De acordo com o art. 23, *caput* e incisos II e X, da Constituição Federal, é da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a assistência pública e o combate às causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Para articular a ação conjunta dos entes federativos na área da assistência social, foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que define e organiza de forma descentralizada e participativa os elementos precisos para a execução dos serviços, programas, projetos e benefício socioassistenciais com qualidade, baseando-se nos princípios de universalidade, gratuidade, integralidade, intersetorialidade e equidade.

O SUAS está previsto na Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, chamada de Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), com a alteração feita pela Lei n.º 12.435, de 6 de julho de 2011.

Para participar do SUAS, o Município precisa adequar sua legislação às normas que regulamentam o funcionamento do sistema, entre quais a legislação baixada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Dispõe o art. 30, da LOAS, que é condição para os repasses de recursos da assistência social para os Municípios, os Estados e o Distrito Federal a efetiva instituição e funcionamento de Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; e Plano de Assistência Social.

Deduz-se que o projeto sob exame atende às exigências legais para o sistema municipal de assistência social participar do SUAS e receber recursos financeiros para ações de assistência social.

O projeto cria a política municipal de assistência social, o Conselho Municipal de Assistência Social, órgão de assessoramento da Política Municipal de Assistência Social, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Na verdade, o Município já possui legislação que dispõe a sobre a política municipal de assistência, o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social. O que projeto almeja é adequar a legislação local sobre esses assuntos à legislação federal que dispõe sobre o SUAS.





**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



O Município, além da autonomia financeira e política, possui a autonomia administrativa, que consiste no poder de organizar sua própria administração sem interferência dos poderes da União ou do Estado-Membro.

Por conseguinte, pode a legislação municipal criar conselhos de políticas públicas, vinculados à estrutura administrativa do Município.

Esses são canais de interlocução entre o Poder Público e a população, de modo a materializar princípios da democracia representativa e participativa. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

Esses órgãos devem ser compostos por um número par de conselheiros, sendo que, para cada conselheiro representante do Estado, haverá um representante da sociedade civil. O projeto em estudo assegura a participação paritária de membros do Poder Público e da sociedade civil.

O projeto tem também o escopo de criar o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), de natureza contábil, com objetivo de proporcionar recursos para financiar a gestão, serviços e programas assistenciais.

A intuição desse fundo está em conformidade com a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que, no seu art. 71, estabelece que o fundo especial constitui o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Há destacar que, ainda de acordo com a Lei n.º 4.320/64, a aplicação das receitas vinculadas ao fundo deve ser feita mediante dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

O fundo pode ser definido como conjunto de recursos, previamente definidos na sua lei de criação ou em outro ato legal, destinados exclusivamente ao desenvolvimento de atividades públicas devidamente caracterizadas.

A Constituição Federal faz referência a fundos em diversos dispositivos:

a) a lei orçamentária anual compreenderá o Orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder (art. 165, § 5º, I);

b) cabe à lei complementar estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos (art. 165, § 9º, II);

c) é vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa (art. 167, IX).

Do dispositivo da letra c, depreende-se que, para a instituição de fundos, é necessária aprovação de lei específica. Hoje é pacífico o entendimento de que a espécie de lei necessária é a lei ordinária, a não ser nos casos em que a Constituição Federal preveja lei complementar.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

As leis complementares que adequadamente dispõem sobre fundos orçamentários não tratam propriamente de sua criação, mas de sua regulamentação por exigência da própria Constituição.

O projeto estudo trata da criação e não da regulamentação de fundo municipal. Deste modo, não há óbice de o FMAS ser criado por lei ordinária.

Quanto à técnica legislativa, é necessário fazer pequenas alterações no projeto, para deixar sua redação mais precisa e clara.

As correções de técnica legislativa serão feitas por ocasião do parecer de redação final, a ser elaborado por esta Comissão.

O art. 59 do projeto traz cláusula de revogação genérica. Todavia, a redação deste artigo está em desconformidade com o que estabelece o art. 9º, da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, o qual determina que a cláusula de revogação deve enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Por esse motivo, propomos a supressão do art. 59, mediante a emenda redigida ao final.

### III CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui pela constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 185, de 2023, com a emenda redigida a seguir:

EMENDA SUPRESSIVA N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 185, DE 2023

Suprime o art. 59, do Projeto de Lei n.º 184, de 2023.

Fica suprimido o art. 59, do Projeto de Lei n.º 185, de 2023.

Sala das Reuniões, 26 de junho de 2023.

  
RAFAEL DE AMEIDA JACÓ  
Relator

  
JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)  
Presidente

**CERTIDÃO**

  
MARCOS TÚLIO DA SILVA

Membro

Atestamos e dou fé que esta proposição foi aprovada

em 3 / 7 / 23, por unanimidade

(sete votos favoráveis)

  
Responsável pela Secretaria